

O uso da terra após a construção da Rodovia Alça Viária (Pa-283): o Caso das Comunidades Fortaleza e Níniver no Município de Acará, Nordeste Paraense

Luciano Rocha da Penha
Geógrafo (FGC/UFPA), Mestrando PLADES/NAEA/UFPA
penhaluciano@hotmail.com

Mateus Monteiro Lobato
Geógrafo (FGC/UFPA), Mestrando PLADES/NAEA/UFPA
mateusmatrix2@hotmail.com

Jondison Cardoso Rodrigues
Licenciado em Química (FQ /UFPA), Mestrando em Ciências Ambientais (IG/UFPA)
dinho_chemy@yahoo.com.br

Jovenildo Cardoso Rodrigues
Geógrafo (FGC/UFPA), Mestre (PLADES/NAEA/UFPA)
jovengeo@yahoo.com.br

Resumo

O uso da terra por agricultores rurais camponeses na Amazônia tem sido alterados tenazmente após as construções de grandes empreendimentos promovidos pelo Estado, nos últimos 40 anos e produzindo paisagens agrárias diferenciadas. Este artigo trata sobre o uso da terra por duas comunidades rurais, localizadas no Município de Acará, Nordeste do Estado do Pará. As comunidades Fortaleza e Níniver, sofreram impactos, um deles foi na dimensão econômica que são produção e coletas agrícolas. Sendo que o escoamento da produção e da coleta eram feitos pelo rio Acará até a cidade de Belém, e passou a ser pela Rodovia Alça Viária (PA-283). Tal Rodovia foi construída dentro da lógica do Programa “Avança Brasil” do Governo Federal. Tal política não integrou as conseqüências para as populações atingidas diretamente. No entanto, por meio da ação coletiva do campesinato dessas comunidades reformularam seu sistema de uso da terra criando uma associação para re-existirem às mudanças do escoamento da produção e ao preço final da produção e da coleta, visto que após a construção da Rodovia o escoamento tornou-se encarecido. Conclui-se que não houve um Planejamento por parte do Estado e suas esferas, federal, estadual e municipal, para as possíveis conseqüências para o campesinato que fosse afetado diretamente após a construção da Rodovia. Se não fosse a ação coletiva dos chefes de família dessas comunidades, as conseqüências do uso da terra, quando da produção e comercialização seriam maiores.

Palvaras-chave: Uso da terra, Ação Coletiva, Alça Viária.

Introdução

Sabe-se que os modelos de desenvolvimento implementados nos últimos 40 anos no espaço amazônico vêm alterando e criando paisagens agrárias diferenciadas (HURTIENNE, 2005), não levando em consideração as territorialidades específicas dos campeonatos existentes.

O tema desta pesquisa é o uso da terra por agricultores rurais camponeses. Dentro disso, fez-se o estudo de caso de das Comunidades Fortaleza e Níniver, no Município de Acará, no Nordeste do Estado do Pará. O objetivo deste trabalho foi analisar de que forma os camponeses familiares dessas comunidades fazem o uso da terra, após a construção da Rodovia Alça Viária.

Partiu-se da hipótese de que o uso da terra é feito de forma precária devido a relação com a estrada se tornar mais encarecida devido o escoamento da produção e da coleta para a Cidade de Belém se tornar mais encarecida, com relação ao escoamento pelo rio. Isso passou a ocorrer a partir do ano de 2002, quando a Rodovia PA- 283 foi construída pela Política Pública de integração pelo Governo do Estado do Pará, que estava dentro do Programa Brasil em Ação do Governo Federal.

Antes da construção comercializavam na periferia urbana da Cidade de Belém, a partir da via fluvial pelos Igarapés e pelo Rio Acará e pelo Rio Guamá até Belém. Depois da construção da Rodovia PA-283, esses camponeses passaram a comercializar pela Rodovia. Daí então o problema que foi analisado.

A metodologia utilizada foi a qualitativa, onde buscou-se referenciais teóricos sobre o tema, foram realizadas entrevistas não-estruturadas com os chefes de família que produzem farinha de mandioca e coletam hortaliças e frutas, depois entrevistamos os Presidentes das Associações de Trabalhadores Rurais das Comunidades, também foi entrevistado o representante do Secretário Municipal de Agricultura do Município de Acará. Foi feita a observação sistemática do momento da produção e da comercialização. Para obter informações sobre esse uso da terra foi laborioso, porque não se tem muitos trabalhos relacionados diretamente do uso da terra desse camponato ao longo da PA-283. Então a partir do referencial teórico e da sistematização das entrevistas e da observação, traçou-se um quadro sobre a da viabilidade econômica do uso da terra, neste estudo de caso. Além disso, priorizou-se a dimensão econômica do território no intuito de se fundamentar a pesquisa.

Este trabalho está dividido em três partes além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, contextualiza-se a Amazônia e o Nordeste do Estado do Pará dentro da lógica das Políticas de Estado para a Amazônia, fundamentalmente o Programa “Avança Brasil”, do Governo Federal, a qual foi construída Rodovia Alça Viária (PA-283). Na segunda parte, caracteriza-se a realidade da formação social e territorial do Município de Acará e das Comunidades Fortaleza e Níniver e a forma de uso comum da terra antes e depois da construção da PA-283. E na terceira fez-se a análise e a discussão dos resultados da pesquisa, através da

síntese das entrevistas e da observação sistemática da realidade social e territorial das e nas comunidades.

As Políticas de Estado na Amazônia: o Programa Avança Brasil e o contexto do Nordeste Paraense e da Alça Viária

A construção da Rodovia Alça Viária - Sistema Integrado de Transporte do Estado do Pará - insere-se no contexto da integração e ao aumento do fluxo dos espaços localizados o auto-mercado¹. Isso verifica-se quando são analisados os principais corredores rodoviários e a lógica de integração ao mercado internacional. Estava previsto no PPA (2000-2003), a construção de Rodovias Federais e Estaduais em consonância com um pensamento em que a Gestão Pública é tratada e realizada como sendo mecanicista (MARTINS, 2007). Visto que a participação e as informações não são colocadas à população, na verdade foi uma gestão mecanicista e típica dos anos 1970 (MARTINS, 2007).

Dessa forma, a construção da rodovia alça viária materializa-se como sendo o típico empreendedorismo, onde o alto-mercado é tratado como o indutor do desenvolvimento. Dentro desse raciocínio, o Estado busca a eficiência, do escoamento da produção.

Dentro do Programa Avança Brasil, do Governo Federal, em um de seus vetores de sistemas de ações, o estado do Pará construiu, em outubro de 2002, a rodovia estadual chamada de Alça Viária PA-252. Nesse sentido, viu-se que essa ação “modernizadora” do Estado em um de seus objetivos foi a integração da região metropolitana de Belém ao leste paraense, principalmente, denominado de corredor Araguaia-Tocantins. Neste ponto, verifica-se que a Rodovia não só interliga ao Nordeste Paraense, também ao Sul e Sudeste do Estado, onde localizam-se os territórios dos Grandes Projetos.

O projeto Alça Viária foi composto de rodovias, algumas já existentes e que foram recuperadas, além de novos trechos de rodovias que foram construídos. As rodovias são interligadas pelas pontes dos rios Acará-Miri, Moju e Guamá. Na verdade, esse ordenamento territorial². Por meio da implantação desse sistema de engenharia foi, sem sombra de dúvida, aproximar a circulação de mercadorias para o mercado internacional. Decerto, a região metropolitana de Belém ficou interligada ao porto de Vila do Conde, localizado no município de

¹ Considera-se neste artigo alto-mercado como mercado auto-regulável. Concepção de Polanyi (1980). Nessa definição, o autor analisa as correlações quando da Revolução Industrial, o ser humano enquanto trabalhador passa a ser secundário na relação com a natureza, dessa forma, Polanyi afirma que essa passagem é o “moinho satânico para a sociedade”.

² Ordenamento do território é entendido como um processo de intervenção do Estado, que implica não somente a organização da superfície material da sociedade, mas igualmente, envolve todo o sistema de relações sociais que lhes dão substância. Trata-se de um conjunto de ações e programas que visa, de um lado, à socialização do espaço nacional, regional e local, através da dotação no território das condições materiais para a produção, e de outro às ações políticas e ideológicas em vistas a manter e transformar as estruturas sociais regionais e locais.(ROCHA; LIMA (2009, p. 222 apud ROCHA, 1999).

Barcarena, um dos pólos dos grandes projetos mineiro-metalúrgicos na Amazônia na década de 1980.

Um dos impactos dessa ação do Estado no território rural teve seus ecos em diversas dimensões, no entanto, neste artigo priorizou-se a dimensão econômica. Tendo haver, portanto, com a relação Estado e sociedade. E como essa relação se materializou no território das Comunidades Fortaleza e Níniver. Daí faz-se necessário contextualizar a formação histórica, econômica e demográfica do território do Município de Acará e sua interface com o Nordeste Paraense.

A formação social e territorial do Município de Acará e das Comunidades Fortaleza e Níniver

O Município de Acará está localizado no Nordeste do Estado do Pará e possui em sua história social e econômica o predomínio do campesinato tradicional. Além disso, este Município é de colonização antiga, quando das ações do Estado Português às margens do Rio Acará, nos séculos XVIII e XIX. Dessa forma a formação do Município difere das formações do Sul, Sudeste e do Oeste.

Hurtienne (2005) chama a atenção para a questão agrária do Nordeste Paraense, visto que para o autor, o nordeste do estado é um espaço de colonização antiga bem antes da fase da alta imigração para a Amazônia (HURTIIENNE, 2005).

As Comunidades Fortaleza e Níniver localizam-se no espaço rural deste Município, aproximadamente sessenta quilômetros de sua sede municipal.

Os camponeses que habitam essas comunidades são agricultores familiares, os quais estão territorializados, herdaram as terras através de seus familiares. Sobrevivem basicamente da produção da farinha de mandioca, coletas do cupuaçu, cacau, castanha e outros. Sendo que a produção e a coleta são vendidos nas feiras na periferia urbana de Belém, através do escoamento pela Rodovia Alça Viária (PA-256).

Além disso, o campesinato dessas comunidades se materializam, a partir do uso do recurso comum³. Já possui a sua territorialidade específica. Para esta pesquisa toma-se com referencial as definições de Raffestin (1993), para ele

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o autor “territorializa” o espaço. [...] Evidentemente o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a

³ Recurso comum é definido por Thompson “a interface com a lei e com a prática agrária, encontramos o costume. O próprio costume é a interface, pois podemos considerá-la como práxis e igualmente como lei. A sua fonte é a práxis.” (THOMPSON, 2008, p. 86).

produção, por causa de todas as relações que envolve se circunscreve num campo de poder [...] Qualquer projeto no espaço que é expresso, por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p. 143 – 144).

Mais à frente ele define que

[...] a territorialidade adquiriu um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial dos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há uma interação entre os atores com a natureza como as relações sociais (RAFFESTIN, 1993, p. 158 – 159).

As definições acima são usadas para ter o parâmetro da relação sociedade e natureza. A economia das comunidades. Esta relação ao conhecimento das populações tradicionais (CASTRO, 1997), onde o sucesso econômico se materializa com os sistemas de uso da terra, ou seja, a eficiência e a racionalidade camponesa no Nordeste Paraense (HURTIENNE, 2004; MELLO; COSTA; BRIENZA JÚNIOR, 2009).

Partindo dessas análises acima, usou-se a metodologia das entrevistas não-estruturadas e chegou-se a resultados que mostram a eficiência econômica dentro do sistema de uso da terra comum, onde a racionalidade do uso ultrapassa a produção que chega à dimensão institucional.

As análises e as discussões dos resultados da pesquisa

As instituições rurais foram ineficientes quando ou quase inexistentes ao tratar o campesinato de forma desumana. Nas entrevistas viu-se que a mudança do escoamento do rio em certa medida fez com que todos se atentassem para o encarecimento do transporte a pressão por mais produção.

Quadro-síntese das entrevistas

Comunidade	Número de chefes de família	Valor da produção de farinha de mandioca	Nº de chefes de família que tiveram a necessidade e de produzir mais	Nº de chefes de família que se mobilizaram	Nº de chefes que já estão com dificuldades de pagar o PRONAF	Nº de chefes de família que procuraram União, Estado e Município para tentar resolver as dificuldades financeiras e não foram ouvidos pelas autoridades
Fortaleza	8	R\$ 20, 00 antes e	8	8	8	6

		R\$ 35 depois				
Níriver	10	R\$ 20, 00 antes e R\$ 35,00 depois	10	10	10	6

Fonte: Trabalho de campo (2010).

O quadro-síntese acima revela que existe uma racionalidade para a re-existênciade sua territorialidade, mesmo tendo endividamento com o PRONAF. O que eles sabem é reagir coletivamente. Muitos dos chefes responderam para além do questionário afirmando que não sabem o porque “não ter precisado ir ao Banco emprestar dinheiro”.

Com relação à produção, todos os 18 chefes de família entrevistados, revelam que “houve sim lucro”, com a criação da associação. O que eles esperavam era que a produção aumentasse e conseqüentemente a venda. O que aumentou foi a forma de produção. O uso da terra que era o predomínio da policultura continuou.

As entrevistas revelaram também que o ambiente institucional procurado não se interessou em ajudá-los. Dessa forma vê-se que as instituições estão ausentes no processo de ajuda à sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados até então obtidos, nos mostra que em relação ao período anterior à construção da Rodovia, era mais economicamente e socialmente viável, a comercialização através do rio. Tivemos também como resultado, que para o fortalecimento e a manutenção tradicional do uso da terra, esse campesinato teve que criar associações e filiarem-se ao sindicato rural para obterem crédito e financiamento pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), nesse caso, existe o ambiente institucional passou a se tornar forte do ponto de vista da ação coletiva e dos resultados dessa ação. Temos até então como conclusões é que não houve um Planejamento por parte do Estado e suas esferas, federal, estadual e municipal, para as possíveis conseqüências para o campesinato que fosse afetado diretamente após a construção da Rodovia. Se não fosse a ação coletiva dos chefes de família dessas comunidades, as conseqüências do uso da terra, quando da produção e comercialização seriam maiores. Dessa forma, é preciso que as instituições rurais se tornem mais presentes, porque só com a adesão ao PRONAF, o uso da terra não se torna viável economicamente.

O que esta pesquisa procurou analisar e discutir, foi apenas uma dimensão do território, no caso, a econômica do território, o crédito-fomento. A dimensão política será discutida nos próximos trabalhos.

REFERÊNCIAS

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: UFPA/NAEA, 1997, p. 221-242.

MARTINS, H. F. Avança Brasil e Gestão Empreendedora. Revista Eletrônica Sobre a Reforma do Estado, n. 11, 2007.

MELLO, D. G.; COSTA, F.; BRIEZA JÚNIOR, S. Mercado e potencialidades dos produtos oriundos de floresta secundária em áreas de produção familiar. Novos Cadernos NAEA, v. 12, n. 2, p. 137-148, 2009.

HURTIENNE, T. Análise socioeconômica dos sistemas de uso de terra por pequenos produtores agrários na Amazônia Oriental. Novos Cadernos NAEA, v. 7, n. 2, p. 191-272, 2004.

POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

TOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.